

CLIMA

Kyoto faz um ano com pouco a comemorar

Mesmo modestas, metas do protocolo de redução de gases não atraíram apoios essenciais

Cristina Amorim

O Protocolo de Kyoto, acordo mundial para evitar mudanças climáticas extremas, mal apaga a vela do primeiro aniversário hoje e os convidados da festa já estão preocupados com sua maturidade. Países com metas de redução da emissão de gases do efeito estufa até 2012 correm contra o tempo para cumpri-las. A Europa está na frente, com pacote de medidas para reduzir ou compensar o que é expelido na atmosfera. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) – como países em desenvolvimento participam do

processo – enfrenta atrasos, dúvidas e críticas, mas caminha.

Só que esses instrumentos estão muito aquém do que é realmente necessário para conter o aquecimento global. Todo mundo sabe que Kyoto é apenas o primeiro passo, uma carta de intenções. “Kyoto não conseguiu conter a hemorragia”, diz o secretário de Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg.

A quantidade de gás carbônico presente na atmosfera já provoca uma reação inerte que levará a um aumento incontrolável de temperatura. Até 2050, o mundo pode estar 2°C mais quente – o

O PROTOCOLO

● **O que é:** Acordo firmado por países signatários da Convenção do Clima para reduzir as emissões de gases do efeito estufa para a atmosfera – principalmente dióxido de carbono (CO₂) – com o intuito de combater o aquecimento global

● **O que propõe:** Países mais industrializados deverão reduzir a soma de suas emissões em pelo menos 5% até 2012, abaixo dos níveis emitidos em 1990. Países em desenvolvimento, como o Brasil, estão isentos de metas

suficiente para derreter gelo dos pólos, elevar o nível dos oceanos e alterar o balanço climático essencial para o planeta. Para que a Terra continue do jeito que se conhece, metas bem mais ambiciosas seriam necessárias – e com a participação de mais países do que hoje – a partir de 2013, quando começa o que se convencionou chamar de “segundo período”.

Os Estados Unidos, que são o maior emissor de poluentes, não participam do atual protocolo e nem gostam de usar a palavra “Kyoto”, mas sua presença em qualquer acordo ambiental é essencial. “A ausência deles limita

qualquer possibilidade de ampliação do acordo”, afirma Luiz Pinguelli Rosa, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Brasil, China e Rússia não têm metas atualmente, pois são países em desenvolvimento, mas são grandes emissores. Qualquer plano precisaria incluí-los. Em maio, uma reunião em Bonn, na Alemanha, discutirá detalhes para o início do segundo período do protocolo. Nos bastidores, uma nova negociação já está ativa. Kyoto é, e precisa ser, apenas o começo. ●

Entrevista

Halldor Thorgeirsson, conselheiro da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima

Biocombustível será decisivo

‘Tecnologias criadas no Brasil poderão dar uma contribuição importante no esforço contra o aquecimento global’

Herton Escobar

Kyoto é, de fato, apenas o primeiro passo na guerra contra o aquecimento global. Mas é um passo importantíssimo, segundo Halldor Thorgeirsson, um dos principais conselheiros para assuntos de Ciência e Tecnologia na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. “O protocolo estabelece uma série de ferramentas e mecanismos necessários para que possamos lidar com o problema a longo prazo. A principal delas é colocar um preço para a indústria sobre a emissão de carbono para a atmosfera, o que favorece o desenvolvimento de novas tecnologias com menos emissões”, disse Thorgeirsson ao Estado, em entrevista por telefone do Secretariado de Mudanças Climáticas da ONU em Bonn, na Alemanha.

O Brasil, apesar de não ter obrigação de reduzir suas emissões, tem tido uma participação importante nesse cenário tecnológico, segundo ele. Em especial, com o desenvolvimento do uso de combustíveis renováveis como álcool e biodiesel. “Um dos setores de maior influência sobre as mudanças climáticas é o de transporte, por isso há um interesse cada vez maior sobre o uso de biocombustíveis”, disse. “A liderança do Brasil nessa



CHRISTINNE MUSCHI/REUTERS

ANTIPOLUIÇÃO – Canadense deixou ontem o carro em casa e preferiu pedalar por Montreal

área está se tornando cada vez mais importante. Por isso, quando falamos de desenvolvimento e transferência de tecnologia, não significa apenas no sentido Norte-Sul, mas pode ser também Sul-Norte ou Sul-Sul.”

Na última conferência da ONU, em Montreal, o Brasil apresentou uma proposta de conservação das florestas como forma de combater o aquecimento global – já que 75% das nossas emissões são provenientes do desmatamento. Como isso foi recebido?

A iniciativa de proteger a floresta em pé foi muito bem recebida. A maneira exata como isso vai ocorrer ainda é difícil de dizer neste momento. É algo que não está sendo considerado para o primeiro período de compromisso do protocolo (que termina em 2012), mas que já será

inserido nos diálogos futuros sobre o segundo período de compromisso. Para se ter uma ideia de escala, as emissões provenientes de desmatamento ao redor do mundo são equivalentes ao total de emissões de gás carbônico dos Estados Unidos. Por-

Desmatamentos geram emissões equivalentes às causadas pelos EUA

tanto, é uma fonte significativa.

Como a ONU está encarando a Aliança Ásia-Pacífico, liderada pelos EUA, que aposta no desenvolvimento tecnológico como alternativa às metas de redução impostas pelo Protocolo de Kyoto?

Achamos que as iniciativas são complementares. Para cumprir as metas de Kyoto e resolver o problema das mudanças climáticas a longo prazo vamos precisar tanto do uso das tecnologias atuais quanto do desenvolvimento de novas tecnologias inovadoras. Qualquer aliança entre governos sobre qualquer uma dessas opções, portanto, é complementar aos objetivos da convenção. Além disso, um dos objetivos da Aliança Ásia-Pacífico é envolver o setor privado, algo que é crucial para o combate às mudanças climáticas.

Mas o ideal não seria que todos os países trabalhassem nas duas frentes ao mesmo tempo: redução de emissões e novas tecnologias?

O ponto crucial nisso é que as metas impostas por Kyoto criam um incentivo para o uso

de tecnologias limpas. Porque não basta inventar a tecnologia se você não cria incentivos para que a indústria utilize, de fato, essa tecnologia. E isso você faz com metas de redução de emissões.

É inevitável que teremos de parar de usar combustíveis fósseis no futuro?

Acho que teremos de mudar a maneira como queimamos os combustíveis fósseis. Não podemos queimar carvão e óleo e permitir que o gás carbônico chegue à atmosfera. Isso não é sustentável. Mas há tecnologias muito promissoras hoje que permitem que você capture e estoque o dióxido de carbono antes que ele chegue à atmosfera. Por isso acho que os combustíveis fósseis continuarão a ser usados no futuro, mas com base em novas tecnologias.

Quais são suas perspectivas para os próximos 50 anos, considerando o Protocolo de Kyoto, novas tecnologias e tudo mais que está surgindo por aí?

A longo prazo, estou muito otimista. A ciência fez aumentar não apenas a percepção do problema da mudança climática, mas das soluções para esse problema. A curto prazo, há decisões difíceis que precisam ser tomadas. É muito importante que algo seja feito imediatamente, e as lideranças políticas precisam aprender a pesar os ganhos a curto prazo contra os benefícios a longo prazo. ●

Bios

CLEMENCEAU

Chirac ordena volta de navio com amianto

GREENPEACE/DAVID SIMS/REUTERS



O presidente Jacques Chirac determinou ontem o imediato repatriamento do porta-aviões Clemenceau à França, cuja estrutura encontra-se contaminada por toneladas de amianto, 45 t segundo o Ministério da Defesa e entre 500 t e 1.000 t, segundo as organizações ecológicas. O porta-aviões tentava atracar na Índia, mas foi impedido pelo governo daquele país. Muitas das peças aproveitáveis do Clemenceau foram transferidas ao porta-aviões São Paulo, da Marinha brasileira.

JURÉIA

Moradores querem mudança na lei

Moradores de 27 comunidades tradicionais instaladas na Estação Ecológica da Juréia-Itatins, entre Peruíbe e Iguape, no litoral sul de SP, discutem hoje mudanças na lei que criou a reserva. Eles querem transformar parte da unidade de conservação em Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Para a união de moradores, é a única forma de evitar que as comunidades instaladas lá há quase um século sejam retiradas da área e permitir que desenvolvam atividades de subsistência.

Marco Antônio de Paula Silva Secretário de Meio Ambiente de Paraty

“Segurar a natureza com pobreza é o mesmo que segurar margarina com a mão, escorrega pelos dedos.”

EFEITO ESTUFA

Enzima modificada acelera fotossíntese

Cientistas da Escola de Medicina da Universidade Emory (EUA) desenvolveram uma enzima mutante que pode tornar as plantas capazes de absorver e converter gás carbônico – um dos principais responsáveis pelo efeito estufa – em maiores quantidades. Durante a fotossíntese, plantas e algumas espécies de bactérias convertem luz do Sol e dióxido de carbono em energia química. A descoberta será publicada na revista *Protein Engineering Design and Selection*.

Opinião

Passou do tempo, mas não apodreceu



Marcos Sá Correa*

Passou pelo Senado nesta semana o penúltimo capítulo de uma novela que se arrasta desde 1992. Chama-se Lei da Mata Atlântica. Foi aprovada na terça-feira. Mas isso não quer dizer que esteja pronta, e muito menos em vigor. O projeto ainda voltará à Câmara para a votação das últimas emendas e dali vai ao Palácio do Planalto, para a canetada final do presidente Lula, com ou sem vetos. Não é nada, não é nada, já dá para ver o fim de uma conver-

sa que começou no governo Collor, atravessou o meio mandato de Itamar Franco, oito anos de Fernando Henrique e por pouco não chegou tarde para o tapa-buraco de 2006. Lá vão mais de seis anos que o biólogo João Paulo Capobianco reclamava do atraso, alegando que à mata atlântica sobravam apenas 50 anos. Hoje, Capobianco é secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e, se seu cálculo estava certo naquela ocasião, devem restar à mata atlântica menos de 44 anos. Dois motivos para aumentar-lhe a urgência.

Tudo indica que o País terá em breve uma chance de segurar o que restou desse patrimônio nacional, sacramentado no artigo 225 da Constituição em

1988 e, desde então, deixado mais ou menos ao deus-dará. O projeto cheira bem, provando que nem tudo o que demora demais apodrece. É verdade que prevê a exploração “sustentável” de seus recursos naturais, como se eles não estivessem na última lona. E há quem veja em seu artigo 23 – autorizando pequenos produtores rurais e as “populações tradicionais” a passar a motosserra na “vegetação secundária em estágio médio de regeneração” – um convite ao vale-tudo, pois é assim que se desbeicha a mata atlântica desde que o Brasil é Brasil.

Mas houve inegáveis progressos. O texto exclui desse inventário os fragmentos remanescentes de floresta primária. Eles são raros, em geral só se manti-

veram de pé porque se encastelam em montanhas inacessíveis ou em cafundós inóspitos, mas nem por isso estavam garantidos para sempre contra o olho grande do desenvolvimentismo predatório. Outro avanço é acabar com a discussão, pretensamente técnica, sobre o que vem a ser, ao pé da letra, a mata atlântica. Com esse pretexto, o Paraná vinha permitindo a derubada de suas últimas florestas de araucárias. Elas mal cobrem atualmente 0,8% do Estado. Mas se classificam como “florestas ombrófilas mistas”. E, na dúvida, nada as protege.

Mais eficaz ainda parece ser o dispositivo que, definindo as penas de quem, por “ação ou omissão” danifique sua fauna, sua flora e “demais atributos na-

turais”, põe no mesmo saco que os desmatadores “os auditores ambientais, os responsáveis técnicos de obras, planos ou projetos potencialmente causadores de impactos ambientais e os integrantes de equipe multidisciplinar de avaliação de impactos ambientais, na medida de sua culpabilidade”. Ela acena com até três anos de cadeia à indústria do licenciamento ambiental, que se dedica a varrer impactos para debaixo das hidrelétricas e de outras empreitadas notáveis, para só voltarem à tona como fato consumado.

Um clássico da impunidade nacional, como o da usina de Barra Grande, no Rio Pelotas, talvez não saísse tão barato quanto saiu no ano passado, se existisse o artigo 42 na época

em que seus empreendedores esconderam florestas inteiras em seus relatórios. Criam-se também, pela primeira vez, incentivos concretos para quem estiver disposto a enriquecer a mata atlântica em suas terras, com projetos de regeneração florestal. É uma grande novidade num país acostumado a ver a floresta enriquecer os proprietários sem levar nada em troca.

A lei chega tarde? Provavelmente, sim. Mas chega antes que o lbama apresente seu novo número para medir a mata atlântica. A ideia de que ela tem 7,8% de seu tamanho original, assim como o projeto, é conversa da década passada. ●

* Jornalista e editor do site O Eco (www.oeco.com.br)